



Vasco Rosa

Para uma política cultural nos Açores, IV

Institutos culturais e históricos

No primeiro destes artigos procurei demonstrar que a história da literatura açoriana precisa ainda de inventariar a sua recepção nos periódicos do Portugal continental, sugerindo a criação de bolsas de investigação específicas. No segundo, propus um modelo de divulgação e patrocínio da actual e futura bibliografia açoriana através da compra anual de livros a oferecer a alojamentos locais, escolas, hospitais, lares de idosos e presídios, aproveitando — e retribuindo — recursos da taxa turística e dando aos editores garantias efectivas e seguras de poderem persistir num quadro regional de iletracia agravada e escassez de livrarias, recomendando a criação de bibliotecas móveis intermunicipais. No terceiro, aponte para a urgência duma política patrimonial de captação, salvaguarda e divulgação de arquivos e espólios literários e artísticos em todas as ilhas, mas também na diáspora norte-americana e sul-brasileira. Hoje vou analisar e comentar o papel — essencial, mas que considero estar enfraquecido, senão mesmo armadilhado — dos quatro institutos culturais e históricos criados nos Açores nas décadas de 1940 e 1950 e que desde cedo tomaram a seu cargo o que a Universidade regional, enquanto tardou a nascer e desde que existe, não fez, faz ou quer fazer. Num quinto texto darei atenção à *Enciclopédia Açoriana*, claramente obsoleta e desactualizada («— Mas será que ninguém repara nisso?!»), porque cristalizada num dispositivo digital inflexível, pretendendo — talvez ingenuamente, mas quem sabe?! — que o Governo Regional faça algo para torná-la um laboratório permanente de conhecimento sobre os Açores e uma obra de grande referência com acesso livre a todos e em toda a parte.

O Instituto Histórico da Ilha Terceira foi fundado em Angra do Heroísmo em 1942, o Instituto Cultural de Ponta Delgada em Novembro de 1943, o Núcleo Cultural da Horta em Março de 1954 e o Instituto Açoriano de Cultura, também em Angra, em Dezembro de 1955. Logo no ano seguinte, o Instituto Histórico iniciou a publicação do seu *Boletim* anual, e o Instituto Cultural a sua revista *Insulana*. O primeiro *Boletim* do *Núcleo Cultural* sairia em Dezembro de 1956, enquanto *Atlântida* emergiu a partir de 1965.

Obra de homens bons e da «elite cultural» possível, estas publicações — mantidas ao longo das décadas com admirável açorianismo, enfrentando turbulências de vários tipos e até suspensões — foram produzidas desde o início na mais restrita dependência de subsídios públicos, habituando-se em demasia e até hoje a essa tutela e protectorado, sem moverem esforços de autonomia e conquista de meios próprios, que assinaturas em larga escala, ampliação do universo de associados pagantes e publicidade comercial lhes proporcionaria. Nesse sentido, poderá dizer-se — talvez um pouco cruamente, reconheço, mas faz falta, de vez em quando — que o facto de os objectos principais da acção destes institutos culturais e históricos dos Açores estarem à partida garantidos por apoios públicos, acabou por travar a implantação de tão dignas e singulares instituições privadas, mantendo-as no círculo restrito dos chamados esclarecidos. Não estou naturalmente a dizer que tais financiamentos lhes devam ser retirados de todo, mas o que me parece essencial é que o principal apoio que o Governo Regional e os municípios lhes dão consista — isso sim — numa grande campanha pela adesão do maior número de açorianos a essas instituições, e favoreça a sua *máxima modernização digital* e, em particular, a disponibilização em linha do seu vasto património bibliográfico e a versão *e-book* das publicações futuras — progressos para os quais julgo haver financiamento europeu específico e directo.

Não faz sentido que instituições privadas de tão grande alto valor cultural para os Açores tenham umas ínfimas centenas de sócios cada uma. Não pode o GR ajudar ao seu reconhecimento e robustez, permitindo que a assinatura anual dos quatro institutos (um «pacote» de valor inferior a 100 €), ou donativos ocasionais, sejam dedutíveis no IRS dos açorianos? Mil novos associados por ano — talvez o lema duma campanha a fazer — daria a cada um destas instituições um reforço orçamental (30 000 € ou 15 000 €, conforme os casos) suficiente, ao menos, para as poupar a alguns dos angustiantes, incertos e lentos concursos da DRAC — aliviando, em contrapartida e com vantagem adicional, este departamento governamental de procedimentos que o ocupam quando deveria centrar-se noutros e não poucos problemas por resolver.

Estas instituições devem ser entendidas e *valorizadas como rede* — partes comunicantes dum mesmo desígnio regionalista — e, de facto, só o benefício fiscal concedido à adesão ou à doação *a todas* bloqueará o centralismo duma ilha ou duas sobre as demais. Outras, aliás, se lhes poderiam juntar, como os clubes que tentam manter botes baleeiros em diferentes ilhas, ou o Clube Asas do Atlântico, de Santa Maria, fundado em Outubro de 1946 como Clube do Ganso.

Por outro lado, para que estas associações privadas ganhem bons créditos na sociedade e os apoios públicos concedidos sejam plenamente legitimados, é fundamental que a sua gestão seja *escrutinada e transparente*, repelindo suspeições de qualquer tipo, geralmente comuns em ambientes pequenos e em que os meios concedidos, disputados por vários, não chegam para todos. A vida transparente dos institutos açorianos afigura-se-me condição essencial para o seu desenvolvimento. Relatórios e contas não podem — um único ano — deixar de ser comunicados aos sócios. Contratos e correspondência com terceiros devem ser facultados aos sócios que os queiram conhecer. Apoios à impressão de livros ou revistas devem submeter-se à regra do menor preço para igual qualidade, *praticada, como bem sabemos, pela mesma administração pública que tais montantes concede*. E um qualquer gaiato intronizado ou inconveniente deve também poder saber — no limite, para despiste —, por exemplo, vamos supor, se esta ou aquela instituição aloja conferencista *pro bono* num hotel de três estrelas, mas dirigente em representação dela (e às custas do mesmo financiamento público) se instala num outro de categoria e preço superior, faltando ao dever de parcimónia, paridade e sensatez. Transparência legítima e prestigia quem a pratica, enquanto opacidade gera dúvida, suspeita, descrença e afastamento.

As instituições a que me refiro têm histórias e percursos muito próprios, e ao fim de sete ou oito decénios encontram-se em pontos distintos da sua ascensão e queda. O que cada uma delas pode e quer fazer daqui para diante também as distingue, mas este distinto impulso de vida não constitui um problema em si. O Instituto Histórico cumpre a prestação anual do seu *Boletim*, colocou em linha todos os de 1943 a 2005, mas precisa de melhorar essa partilha de arquivo com índices de autores e dos números publicados, seguindo, por exemplo, o bom e premiado modelo das revistas culturais digitalizadas pela Universidade Nova de Lisboa. O Núcleo da Horta apenas disponibiliza no seu *website* os boletins de 1985 a 2000, tendo muito por repor de antes e depois destas datas. O Instituto de Ponta Delgada está ainda mais recuado na exibição histórica de *Insulana*, com os números de 1984, 1994 e 1997-2009. O Instituto Açoriano de Cultura, esse então, está a zeros redondos, nada de *Atlântidas*: o seu sítio está *há quatro meses* dado como «em renovação», e sem a mínima explicação ou justificação.

Todos eles têm lojas virtuais para venda dos livros publicados, o que é francamente bom, mas a informação disponibilizada é diminuta, faltando-lhes seguir o modelo já consagrado, que faculta o índice de cada livro, o prefácio e, havendo, extractos de crítica. São pequenas coisas que estão por fazer, dão sem dúvida algum trabalho mas que, no fim, elevam até patamares acima qualquer representação institucional ou comercial.

Neste domínio, os sócios dos institutos têm regalias diferenciadas, que vale a pena observar e contestar: enquanto os do NCH beneficiam de 20 % na compra de livros do Núcleo, os do IAC recebem *todos gratuitamente*, além da revista *Atlântida*, pela quota anual de 30 €. É bom de ver que, tratando-se na sua larga maioria, senão mesmo da totalidade, de edições financiadas pelo GR e/ou os municípios, há aqui uma perversão da função supletiva geral dos dinheiros públicos em benefício duma agremiação específica, um favorecimento daqueles associados face a quaisquer outros leitores açorianos e, até, um prejuízo indirecto dos poucos livreiros da região, pois — como muito tristemente constato na recente «Edição do Centenário» de Pedro da Silveira —, o IAC dirigido por Carlos Bessa *não faz distribuição comercial, afunilando drasticamente a divulgação de livros financiados* com o propósito de permitir dar a conhecer a riqueza e especificidade cultural dos Açores, forçando quem os procure ou deles necessite a adquiri-los ao Instituto, que assim também arrecada a taxa livreira de 40 %. Acabar de vez com esta *dupla indignidade* parece-me do mais elementar bom senso, para que novos apoios — que sem dúvida merece — sejam atribuídos a edições do Instituto Açoriano de Cultura. Em 2022, cada associado do IAC pagou 30 € de quota, mas recebeu 3 ou 4 vezes mais esse valor em publicações pagas pelo erário público... Repito: pagas pelo erário público!

Corrigir entorses deste tipo, modernizar esta privilegiada rede de institutos culturais e históricos — entendendo-os como autênticos pilares de açorianidade —, desmanchar, como tão bem fez Vitorino Nemésio, o fosso entre «cultura popular» e «alta cultura», facilitar que novas gerações se interessem por eles e garantam o seu devir, não se faz num estalar de dedos ou na passagem de um ano para o outro, mas pode, com debate público que inspire decisões políticas capazes de rasgo e ousadia, ir melhorando a vida deste recanto do mundo que tem os olhos postos nele, mas que muito precisa de olhar-se a si próprio.